

---

## Detentos preenchem 2 mil vagas de trabalho com programa do CNJ

O Programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, foi responsável pela ocupação de 2 mil vagas de trabalho destinada para detentos e egressos do sistema carcerário. E, de acordo com o Portal de Oportunidades, ainda existem 2.742 vagas disponíveis. Para o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Luciano Losekann, que coordena o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas, a falta de qualificação profissional é um dos principais fatores que dificultam o preenchimento das vagas.

Os TJs estão firmando parcerias com instituições especializadas para reforçar a capacitação profissional. Entre os parceiros estão o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), além dos conselhos da comunidade e outras entidades como o Projeto Social Liberty, de São Paulo, e a Fundação Dom Avelar, da Bahia.

Para o preenchimento das vagas de trabalho, o CNJ iniciou este ano um censo para traçar o perfil socioeconômico dos cerca de 500 mil integrantes da população carcerária do país. O levantamento é feito por meio do sistema eletrônico, desenvolvido pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão. O CNJ escalou o desembargador Froz Sobrinho para implantá-lo em todos os estados.

Além do Maranhão, o sistema já funciona em Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. “O sistema busca reduzir a burocracia e permitir o acesso do egresso à capacitação, educação e ao mercado de trabalho, de forma mais rápida. Hoje, muitos egressos do sistema carcerário não conseguem emprego porque suas aptidões não foram identificadas durante o cumprimento da pena”, observou o juiz Losekann.

O programa, criado em outubro de 2009, aposta no emprego para reduzir a reincidência criminal, em uma parceria entre Tribunais de Justiça, governos estaduais, prefeituras, empresas e entidades da sociedade civil. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

### Date Created

30/12/2011